



Termo de Referência

Contratação de profissional para realizar estudo de natureza histórica e arquivística sobre as áreas reservadas aos indígenas Guarani e Kaiowa nas primeiras décadas do século XX.

Projeto: Assistência Técnica para o Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

1. CONTEXTO

De acordo com o Artigo nº 231, da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas têm direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. No entanto, a delimitação e demarcação dessas terras no Brasil permanecem um grande desafio. No período de 2019 a 2022, a paralisação dos processos de demarcação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos direitos indígenas tornaram-se críticos. As terras e povos indígenas enfrentam ameaças constantes, incluindo invasões territoriais, garimpo ilegal, assassinatos de lideranças indígenas e crimes ambientais, afetando inclusive comunidades indígenas isoladas.

Apesar dessas adversidades, as terras indígenas desempenham um papel essencial na prestação de serviços ambientais, fundamentais para a sociedade e a economia, como a regulação do clima e das chuvas, a preservação de fontes hídricas, o controle de pragas e doenças e a polinização. O reconhecimento dessa importância tem crescido na agenda climática internacional, impulsionado pela mobilização de setores-chave e pelo fortalecimento dos movimentos indígenas, criando oportunidades para a defesa dos direitos territoriais.

De acordo com o Sistema Indigenista de Informações (SII) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), atualmente há 131 terras indígenas em estudo de identificação e delimitação, a primeira etapa do processo de regularização fundiária, conforme o Decreto nº 1775/96, que regula o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas.

Com o objetivo de enfrentar esses desafios, o projeto **Assistência Técnica para o Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas** é uma cooperação entre a TNC, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). O projeto visa fortalecer as capacidades da FUNAI nos processos de regularização fundiária e gestão de terras indígenas, promovendo a demarcação, proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável das florestas.

2. OBJETIVO GERAL

Realizar estudo de natureza histórica e arquivística sobre as áreas reservadas aos indígenas Guarani e Kaiowa nas primeiras décadas do século XX, no estado do atual Mato Grosso do Sul.

3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência desta prestação de serviços serão a região das oito áreas reservadas aos indígenas Guarani e Kaiowa entre 1915 e 1928, que correspondem às atuais Terras Indígenas: Amambai (município de Amambai, MS), Dourados (município de Dourados, MS), Caarapó (município de Caarapó, MS), Sessoró (município de Tacuru, MS), Porto Lindo (município de Japorã, MS), Limão Verde (município de Amambai, MS), Pirajuí (município de Paranhos, MS) e Taquaperi (município de Coronel Sapucaia, MS), e o seu entorno.

4. ATIVIDADES

- a. Realizar pesquisa bibliográfica, arquivística e documental de informações relacionadas ao processo de reserva, medição e avivenciação dos limites das terras indígenas mencionadas na área de abrangência, incluindo documentos do Serviço de Proteção ao

Índio – SPI, processos administrativos da Funai, notícias publicadas em jornais da região, publicações oficiais a nível estadual e federal, processos de titulação de terras particulares no entorno das reservas, dentre outros;

- b. Identificar, com base na pesquisa documental realizada, a correspondência de limites entre a área inicialmente reservada aos indígenas nos anos 1915 e 1928 e aqueles que atualmente correspondem às Terras Indígenas atuais;
- c. Indicar, com base na pesquisa documental realizada, as áreas que originalmente correspondiam às áreas reservadas e que foram tituladas por particulares;
- d. Descrever o crescimento demográfico da população das 8 Terras Indígenas ao longo do tempo, desde a sua constituição até os dias atuais, com base em pesquisa documental e dados de órgãos indigenistas e de estatística;
- e. Realizar pesquisa bibliográfica, arquivística e documental de informações relacionadas a existência de comunidades indígenas localizadas no entorno ou próximo às 8 reservas, entre as décadas de 1910 à 1980, assim como a retirada dessas comunidades de suas localidades, seja por particulares ou pelo Estado;
- f. Levantamento de registros documentais de locais antigos de moradia, de importância simbólica, e de uso e manejo pelos indígenas; violências sofridas pelos indígenas; remoções; reivindicações fundiárias e histórico de esbulho territorial; ações de particulares e do estado que contribuíram para a atual configuração fundiária;
- g. Elaborar Relatório Final compilando todas as informações sistematizadas, incluindo como um de seus anexos os textos e mapas identificados na pesquisa documental por cada área;
- h. Apresentar relatório em duas fases: 1. produto parcial; 2. produto final;
 - produto parcial deverá conter o resultado da pesquisa bibliográfica, em formato de texto e tabela, para cada área;
 - produto final deverá conter os dados das visitas técnicas em uma narrativa que dialogue com os dados apresentados no produto parcial;
 - incluir os mapas temáticos ou ilustrativos e os dados sobre ocupação não-indígena.
- i. Revisar os relatórios, caso seja solicitado;
- j. Submeter os produtos textuais em formato Word, as tabelas em formato *.xlsx ou *.ods e os vetores dos dados georreferenciados em formato *.shp ou *.gpkg
- k. Entregar os produtos até os prazos finais definidos por contrato;
- l. Participar em encontros virtuais para orientações gerais, e após a entrega do relatório final para avaliação conjunta da experiência e dos resultados alcançados.

5. PRODUTOS

O produto parcial (primeira fase da pesquisa) deverá conter o resultado da pesquisa bibliográfica/documental, em formato de texto e tabela, para cada área.

O produto final (segunda fase da pesquisa) será baseado nas análises de imagem de satélite, a sistematização de dados disponíveis em fontes secundárias para cada área e os dados da pesquisa de campo (se houver) em uma narrativa que dialogue com os dados apresentados no produto parcial.

Todas as versões dos produtos passarão por avaliação da equipe técnica da FUNAI, que deverá aprová-las antes da elaboração das versões finais.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades / Produtos	Prazos
	2025
Encontros virtuais preparatórios de orientação	Antes da pesquisa de campo
Pesquisa bibliográfica e documental	Antes da pesquisa de campo
Visitas Técnicas	Até 30 dias de campo
Escrita do relatório	Após a pesquisa de campo
Entrega do produto parcial para análise	Até 2 meses após a finalização da pesquisa de campo.
	2026
Entrega do produto final para análise	Abril

7. CESSÃO/SUBCONTRATAÇÃO

É vedado ao contratado qualquer tipo de subcontratação.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

O estudo multidisciplinar deverá conter as especificações de formatação recomendadas abaixo, contendo as seguintes partes pré e pós-textuais:

- Capa com o nome da terra indígena em estudo, município e unidade da federação onde se situa a área, local e data;
- Sumário contendo todas as partes do relatório e páginas respectivas, incluindo possíveis índices (de quadros, tabelas, ilustrações, fotos, mapas etc.) e material anexo;
- Índices (de quadros, tabelas, ilustrações, fotos, mapas, etc.) e eventuais notas explicativas ou lista de siglas após o Sumário;
- Logo da Funai e da TNC /COIAB na capa e no início de cada parte do relatório;
- Mapas gerais de localização da área antes da Primeira Parte do relatório;
- Mapas específicos e outras ilustrações, onde o autor julgar mais conveniente;
- Todas as imagens (fotos, gráficos, croquis e afins) devem ser numeradas, creditadas e legendadas;
- Bibliografia logo após a última parte do relatório, incluindo todas as referências citadas ao longo do diagnóstico, de forma padronizada, preferencialmente de acordo com as normas da ABNT;
- Lista de fotos anexas com respectivas legendas explicativas após a bibliografia;
- Material informativo considerado importante após as fotografias;
- Discriminar todos os anexos e anotar o número de cada um, de acordo com a sequência apresentada no Sumário;
- Formatação com fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre as linhas;

- Assinatura digital pelo sistema Gov.br ou preferencialmente como usuário externo na plataforma SEI/FUNAI;
- O produto final aprovado deverá ser entregue em arquivo eletrônico no formato Word e no formato PDF único (contendo fotos, mapas, ilustrações etc), encaminhados por e-mail para CGID/Funai e TNC.
- Os polígonos e demais arquivos de vetores e imagens (raster) utilizadas na elaboração dos mapas deverão ser entregues, respectivamente, nos formatos shape file (*.shp) e (*.TIFF ou outro), incluindo demais arquivos relacionados com os bancos de dados associados aos dados georreferenciados, encaminhados por e-mail para CGID/Funai e TNC.

9. PROPRIEDADE DE DOCUMENTOS E DADOS

Tudo o que for produzido por meio do Contrato de Prestação de Serviços será de propriedade exclusiva da TNC, independentemente do valor.

10. VALORES / REGIME DE PAGAMENTO

O valor total da proposta deve cobrir todos os gastos referentes à execução das atividades e produtos, incluindo equipe, bens e equipamentos utilizados. Deste valor serão retidos os descontos previstos em lei.

Haverá reembolso referente aos gastos de deslocamento e logística de campo, esses gastos não devem ser inclusos na proposta orçamentária.

Após aprovação de cada produto, conforme estipulado em contrato, o contratado deverá apresentar Nota Fiscal (NF).

O pagamento será realizado em duas parcelas, após a provação do produto parcial e produto final.

Importante: a conta para depósito do pagamento da consultoria deve estar em nome da própria Pessoa Jurídica, e não de seus gestores ou proprietários.

11. PERFIL PROFISSIONAL

- Nível superior em curso em Ciências Sociais, Antropologia, História, Geografia, Direito, ou áreas do conhecimento similares;
- Pós-graduação em Antropologia Social, Sociologia, ou áreas do conhecimento similares;
- Experiência de trabalho junto a povos indígenas e/ou comunidades tradicionais, preferencialmente com o povo indígena Guarani e Kaiowa do cone sul do Mato Grosso do Sul.

12. PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA

O trabalho deverá ser realizado por pessoa jurídica que deverá dispor de profissional com qualificação e experiência comprovada na realização das atividades descritas neste Termo de Referência ou atividades semelhantes.

A proposta deve conter:

- *Currículo vitae* do profissional;
- Carta de apresentação de experiências, a partir das especificações constantes neste Termo de Referência, com informação de proposta orçamentária (máx. 1 página);

13. PRAZO PARA SUBMISSÃO DA PROPOSTA

Serão aceitas propostas submetidas até o dia **14 de setembro de 2025**. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por e-mail para Ester Oliveira (ester.oliveira@tnc.org) tendo como título do e-mail: UK PACT_1.2_Diagnóstico_Reservas_SPI.